

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE FUNDOS
GOVERNAMENTAIS E LOTERIAS Nº 237/2013 #CONFIDENCIAL 20

Dispõe sobre aquisição, pelo FGTS, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, emitidos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização, com recursos do orçamento de 2013, no valor de até R\$ 256.543.970,27 (duzentos e cinquenta e seis milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e vinte e sete centavos), lastreados em créditos imobiliários cedidos pelo Banco Itaú Unibanco S/A.

O Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, em reunião realizada em 5 de dezembro de 2013, apreciando a matéria que lhe foi submetida, em conformidade com as Resoluções do Conselho Curador do FGTS nº 649, de 14/12/2010 e 713 de 11/12/2012 e Circulares CAIXA nº 607, de 18/12/2012 e nº 629, 11/09/2013, e no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º **Aprovar** a aquisição, pelo FGTS, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, emitidos pela Brazilian Securities Companhia de Securitização, no valor de R\$ 256.543.970,27 (duzentos e cinquenta e seis milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e vinte e sete centavos), com recursos do orçamento de contratação para o exercício de 2013, lastreados em créditos imobiliários cedidos pelo Banco Itaú Unibanco S/A, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS.

Art. 2º As condições da operação são:

- I - valor total da emissão: R\$ 344.417.214,94 (trezentos e quarenta e quatro milhões quatrocentos e dezessete mil duzentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos);
- II - forma: Escritural;
- III - total de CRI Sênior: R\$ 256.543.970,27 (duzentos e cinquenta e seis milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e vinte e sete centavos), (Série 313ª);
- IV - quantidade de CRI Sênior: 1 (um);
- V - valor nominal unitário CRI Sênior: R\$ 256.543.970,27 (duzentos e cinquenta e seis milhões quinhentos e quarenta e três mil novecentos e setenta reais e vinte e sete centavos);
- VI - prazo do CRI Sênior a partir da emissão: 240 (duzentos e quarenta) meses;
- VII - total de CRI Júnior: R\$ 87.873.244,67 (oitenta e sete milhões oitocentos e setenta e três mil duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), (314ª série);

- VIII - quantidade de CRI Júnior: 1 (um);
- IX - prazo de carência: sem carência;
- X - forma de pagamento: mensal;
- XI - atualização monetária: índice de remuneração dos depósitos do FGTS;
- XII - taxa de juros: 6,00% a.a (seis por cento ao ano);
- XIII - taxa de risco devida ao Agente Operador: 0,20% a.a. (zero vírgula vinte por cento ao ano);
- XIV - Cedente Originador: Itaú Unibanco;
- XV - Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S/A;
- XVI - Agente Fiduciário: Pentágono S.A. DTVM;
- XVII - Instituição Custodiante: Pentágono S.A. DTVM;
- XVIII - *Servicer*: Itaú Unibanco.

Parágrafo único. Considerando que a emissão das séries de CRI será feita antes da data de subscrição, a liquidação da operação será feita pelo PU do dia da finalização da operação na CETIP.

Art. 3º A operação terá as seguintes garantias:

- I- Instituição do Regime Fiduciário sobre os créditos imobiliários cedidos, com nomeação do Agente Fiduciário;
- II- Coobrigação do Cedente;
- III- Alienação fiduciária dos imóveis, sendo certo que a formalização da transferência desta garantia para a Emissora ocorrerá após a Averbação do Contrato de Cessão na matrícula do respectivo Imóvel junto ao competente Cartório de Registro de Imóveis, conforme os termos e condições estabelecidos no Termo de Securitização e no Contrato de Cessão.

Art. 4º Os créditos imobiliários que irão lastrear a operação são compostos de 3.626 (três mil seiscentos e vinte e seis) unidades habitacionais performadas.

Art. 5º Os CRI serão subscritos e integralizados à vista pelos investidores e as aquisições dar-se-ão, exclusivamente, por intermédio de instituições de custódia e liquidação de títulos, registrados em nome da CAIXA, na condição de Agente Operador do FGTS.

Art. 6º Os títulos adquiridos serão administrados pela área financeira da CAIXA e registrados em conta específica no balanço do FGTS.

Art. 7º O risco de crédito das operações de aquisição dos CRI será do Agente Operador, que terá como garantia os créditos imobiliários que constituem o lastro dos CRI.

Parágrafo único. Fica instituído, por esta Resolução, o regime fiduciário sobre os créditos imobiliários vinculados a cada série dos CRI, na forma definida pela lei 9.514/97, suas alterações e aditamentos.

Art. 8º A taxa de risco da operação será de 0,2% a.a. (zero vírgula dois por cento ao ano), além da rentabilidade que será paga ao FGTS, em decorrência do *rating* "AA" atribuído à operação pela área de risco da CAIXA.

Art. 9º A empresa Pentágono S.A. DTVM atuará na condição de Agente Fiduciário e terá a responsabilidade de zelar pela proteção dos direitos e interesses do FGTS, enquanto titular dos CRI, e exercer, na hipótese de insolvência da Emissora, a administração do Patrimônio Separado.

Art. 10º O Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias fica autorizado a assinar o respectivo Termo de Subscrição, Integralização e Liquidação para a aquisição dos CRI.

Art. 11 A aquisição dos CRI utilizará recursos do orçamento do FGTS do ano de 2013, que foi aprovado pela Resolução do CCFGTS nº 713, de 11 de dezembro de 2012 e Circular CAIXA nº 629, de 11 de setembro de 2013.

Art. 12 A matéria deverá ser levada ao Conselho Diretor para conhecimento.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Brasília, 5 de dezembro de 2013.



RUTE PORTUGAL DOS SANTOS

Secretária Geral - SEGER

Assinatura por delegação de competência
nos termos da Portaria nº 005/2013 - PRESI